



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO
DISTRITO FEDERAL

Comitê de Investimentos e Análise de Riscos

ATA

ATA DA SEPTUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS E ANÁLISE DE RISCOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL, INSTITUÍDO PELA PORTARIA IPREV/DF Nº 37/2016.

Aos dezenove dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte, às 15 horas e 15 minutos, por meio de teleconferência, realizou-se a septuagésima oitava reunião ordinária do Comitê de Investimentos e Análise de Riscos do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – CIAR/IpREV/DF, instituído pela Portaria IpREV/DF nº 37/2016, com a seguinte ordem do dia: **I – Conjuntura Econômica (novembro/2020); II – Política de Investimentos – 2021; III – Plano de Gestão Imobiliária 2020/2021; IV – Relatório Mensal de Investimentos (outubro/2020); V – Estratégia de Investimentos e Risco (dezembro/2020).** Participaram da reunião os seguintes **Membros Titulares:** Ney Ferraz Júnior, Presidente do IpREV/DF e Coordenador do CIAR; Jefferson Nepomuceno Dutra, Diretor da Diretoria de Investimentos do IpREV/DF; Rodrigo Gonçalves Ramos de Oliveira, Representante da Casa Civil do Distrito Federal; Daniel Izaias de Carvalho, Representante da Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal. **Membros Suplentes:** Registra-se que não houve participação de membros suplentes na presente reunião. Registra-se que participaram da reunião na qualidade de convidados: Ramon Estevão Cordeiro Lima, Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimentos do IPREV/DF, Lucyano Segundo, Chefe da Divisão de Controle Imobiliário, Lucas Fernandes de Azevedo, Chefe da Unidade de Gestão de Ativos Não-Financeiros, Raquel Galvão Rodrigues da Silva, Diretora de Governança, Projetos e Compliance, Yara Fernanda Olimpio Brandão, Diretora Jurídica, Paulo Ricardo Andrade Moita, Diretor de Administração e Finanças. Verificada a existência de quórum, e após a leitura da pauta, a reunião iniciou-se pelo **item I – Conjuntura Econômica (novembro/2020).** Inicialmente, o Diretor de Investimentos, Jefferson Dutra, informa a necessidade de aprovação da Política de Investimentos de 2021, seguindo determinação da Resolução 3.922/2010 – CVM/BACEN. Ao iniciar o cenário internacional, há notícias de novas vacinas em estudos avançados e possivelmente serão aprovadas pela agência reguladora americana. Informa a perspectiva de uma segunda onda de COVID-19, o qual acende alerta nos principais países desenvolvidos e emergentes. Na China, houve a retomada da inflação mensal, que provavelmente importa em aceleração da economia. Na Zona do Euro, o PMI está em 49,4, logo abaixo de 50 – em 50 pontos há a expansão. Nos Estados Unidos, o PMI está em 55,5, importando, portanto, em aceleração da economia naquele país. Os Títulos Públicos Americanos estão nas mínimas históricas desde de fevereiro de 2020. O S&P500, principal índice da bolsa americana, está em constante retomada desde março, superando a marca no ano. Quanto ao PIB: Estados Unidos terminará o ano em -4,40%, Europa em -7,93%, Brasil em -4,81% e China em 2,10%, conforme as projeções. A confiança do consumidor brasileiro está em 82,4 pontos, abaixo de 100 pontos, que importa em pessimismo do consumidor medido mensalmente. Ibovespa, bolsa interna, fechou o mês de Outubro em 93.952 pontos – pior baixa após o pico da pandemia. O IPCA, medido pelo IBGE, está em constante aumento e termina outubro em 0,86%. Em comparação às principais bolsas do mundo, o Brasil encosta na MSCI Russa no mês, porém com retomada menor perante África do Sul, Índia e China. Conforme ata do COPOM, a meta de inflação está em 4,0% no ano, com intervalo de tolerância +/-1,5 p.p, acumulado de 12 meses em 3,14% na inflação, e manteve-se a meta da taxa SELIC em 2,00%. O Dólar/Real encerra o mês em 5,7456, conforme o Diretor, provavelmente ante a instabilidade das eleições americanas, que corroborou para a baixa na bolsa interna também. **Item II – Política de Investimentos 2021.** Após os principais pontos do cenário internacional e nacional, o Diretor de Investimentos passa a palavra ao Chefe da Assessoria Especial de Estratégia de Investimento, Ramon Lima, que realiza a apresentação detalhada da Política de Investimentos elaborada pela Diretoria de Investimentos para o ano de 2021. Ademais, o senhor Ramon Lima elucida que o escopo e estrutura da política apresentada tem base na Política de Investimentos de 2020 com ajustes pontuais. Em seguida, destaca que a Política Anual perpassa por análise e aprovação da

Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Instituto, ao passo que as macroalocações mensais são propostas pela Diretoria de Investimentos, com vistas à análise, retificação e ratificação pelo Comitê de Investimentos e Análise de Riscos – CIAR/Iprev/DF, por fim, as microalocações diárias, no universo de benchmarks selecionados pelo CIAR, restringem-se ao crivo final da Diretoria de Investimentos em conjunto com a Presidência, considerando-se a orientação da Comissão de Valores Mobiliários. No que diz respeito às microalocações diárias, realiza-se a primeira alteração, tendo em vista a ausência de orientação normativa quanto às receitas percebidas durante o mês, principalmente em relação ao Fundo Capitalizado que capta mensalmente R\$6 milhões, até a presente data. Nesse sentido, promove-se modificação na presente Política, a exemplo, em relação ao Fundo Capitalizado, onde se realizará provisionamento da receita mensal arrecadada, visando a alocação antecipada, com o objetivo de submeter tal proposição ao CIAR. Em seguida, explica que a meta do Fundo Financeiro é 0%, por ser fundo de repartição simples, e, que, apesar disso, rentabilizou aproximadamente R\$800 mil reais no ano de 2020. No tocante ao Fundo Capitalizado, pontua que o Instituto segue orientações instituídas por Portaria nº 464 de 19 de novembro de 2018, do Ministério da Fazenda, que determina que, enquanto não houver passivo do Fundo Capitalizado, deve-se utilizar NTN-B com duração aproximada de 10 anos. Sendo assim, escolheu-se a NTN-B 2035 cuja média foi de 4,43%, podendo a meta estar no intervalo de 70% a.a. e menos 0,4% a.a., 3,10% e 2,98 respectivamente. Por oportuno, o Diretor Jefferson pontua que, após reunião com a Unidade de Atuária, determina-se que a meta mais adequada ao Fundo Capitalizado é de IPCA + 2,98%. Destaca-se ainda, quanto ao Fundo Solidário Garantidor, que engloba ações, carteira dos imóveis, bem como o recurso aplicado, e com meta que constará no Plano de Gestão Imobiliária, tem-se por meta ao IPCA + 1,00%. Ao explicar a base de cálculo, o assessor informa que se utilizou o Boletim FOCUS de 25 de setembro, o qual teve IPCA agregado de 2,05% e Meta da Taxa Selic em 2,00%, conforme as projeções. Apresenta gráfico consubstanciando os limites de cada segmento, elucida que foram superiores visando obtenção de margem para movimentações, pontua que os limites propostos respeitam a Resolução nº 3922/2010 – CMN. Na composição, divide-se a carteira entre os principais benchmarks, que se gera uma média, definindo-se porcentagens mínimas e máximas para cada segmento, visando ao balanceamento e equilíbrio da carteira. Em estudo da expectativa para 2021, estabelece-se a estratégia alvo de: 62,71% (FI 100% em Títulos Públicos – art. 7º, I, b); 15,52% (FI de Renda Fixa geral, art. 7º, IV, a); 3,23% FI Renda Fixa Crédito Privado, art. 7º, VII, b); 0,11% (FI de Ações – 50 ações, art. 8º, I, a); 6,19% (FI de ações geral, art. 8º, II, a); 1,56% (FI Multimercado aberto, art. 8º III); 1,44% (FI em participações, art. 8º, IV, a); 1,15% (FI imobiliário, art. 8º, IV, b); 6,09% (investimento no exterior, art. 9º-A, II); e 2,00% (Fundo de ações BDR, nível I, art. 9º-A, III) III – **Plano de Gestão Imobiliária 2020/2021**. No que tange ao Plano de Gestão Imobiliária para o ano de 2021, o Diretor Jefferson Dutra passa a palavra ao Chefe da Unidade de Gestão dos Ativos Não-Financeiros, o senhor Lucas Fernandes que inicia a apresentação explicando que o Plano de Gestão Imobiliária - 2021 foi elaborado de maneira conjunta, contando com: elaboração da Unidade, Coordenação e Divisão dos Ativos Não-Financeiros, como também elaboração e supervisão da Diretoria de Investimentos. Pontua que os tópicos abordados envolvem diretrizes legais e instrumentos normativos relacionados à gestão de imóveis de Regime Próprio de Previdência Social. O panorama do mercado imobiliário no Brasil e expectativas, diagnóstico completo dos imóveis da carteira, ações concluídas em 2020, ações em andamento 2020/2021, receitas financeiras, administração de ações da carteira de imóveis, referenciais de rentabilidade dos ativos imobiliários e propostas de encaminhamento, por blocos de imóveis. O Chefe de Unidade traz o diagnóstico completo dos imóveis da carteira, informa que constam 36 registros de imóveis efetivamente transferidos de 44 previstos na Lei Complementar nº. 917/2016, classificando-os em três: 22 imóveis (54,4% da soma do valor) adequados para exploração econômica; 3 imóveis (38,7% da soma do valor) com restrição de uso e ocupação; e 13 imóveis (6,9% da soma do valor) com pendências administrativas e judiciais. O Chefe de Unidade, o senhor Lucas Fernandes, realiza explanação detalhada a respeito dos tópicos ora mencionados, dentre estes, destaca-se: a crença de que o COVID-19 repercutiria no encolhimento do mercado imobiliário, além da expectativa de aumento para os anos subsequentes; queda na taxa SELIC a qual beneficia o mercado imobiliário, considerando as baixas taxas de juros. Em seguida, o Chefe da Divisão de Controle Imobiliário, o senhor Lucyano Segundo, apresenta de maneira minuciosa as ações operacionais de gerência e manutenção dos imóveis que compõem o patrimônio do Fundo Solidário Garantidor. Voltando à apresentação do PGI, o senhor Lucas Azevedo, atendendo à demanda do CONAD, trouxe com riqueza de detalhes, a tabela das receitas proveniente dos bens, direitos e ativos não-financeiros, conforme art. 73-A da lei Complementar nº. 932/2017, até o mês

de setembro de 2020. Ato posto, o senhor Lucas Azevedo apresenta a proposta de encaminhamento dos imóveis, terrenos e glebas ligados ao FSG, dividindo-os em seis blocos de destinações possíveis em ordem decrescente de liquidez e crescente de complexidade, e sétimo bloco com imóveis com pendências administrativas ou judiciais aos quais se solicita permuta junto ao GDF. Por fim, procede-se a votação pela Diretoria Executiva, do Plano de Gestão Imobiliária para 2021. **IV – Relatório Mensal de Investimentos (outubro/2020)**. Passa a palavra para o Assessor de Investimentos Ramon que apresenta a Estratégia de Investimentos de outubro de 2020. Inicialmente, o Senhor Ramon, apresenta tabela consubstanciando a rentabilidade da carteira versus o referencial de rentabilidade para o ano de 2020, onde é perceptível que a meta em 0,97 que foi puxada pela inflação, informando que a meta subiu. Informou que, considerando que a bolsa possui correlação com os principais índices Anbima, IMAB5/IDKA 2a, que possuem percentual de 8% e 10%, respectivamente, por consequência, houve certo declínio em carteira. Relata que a estratégia do mês anterior, com a manutenção da bolsa, saída no Fundo Solidário Garantidor, visando o alcance da meta. A Rentabilidade da carteira ficou em -0,34% em Outubro. Para o mês de novembro, tem-se 11 pontos percentuais, razão pela qual acredita-se a rentabilidade será positiva. Para o **Fundo Capitalizado**, que tem por meta IPCA + 3,5%, a meta ficou em 1,15% e a rentabilidade em -0,09%. Ressalta que é o fundo que se realizam movimentos mais arriscados, com maior concentração em IDKA IPCA 2A (32,96% da carteira) e IMA-B5 (24,91%), e, portanto, mais voláteis. Reitera que há grande correlação da performance com os movimentos da bolsa. **V – Estratégia de Investimentos e Risco (dezembro/2020)**. Neste item foram apresentadas as seguintes propostas: **Fundo Solidário Garantidor**: considerando a característica do Fundo, que é de solvência, maduro e perfil intermediário de risco, foi sugerida a realocação de IMAB5/IDKA 2a para IRF-M1/DI de até R\$ 300 milhões (8,59%); e ainda sugere-se a realocação de fundos de renda variável/DI/IRF-M1 de até R\$ 200 milhões para fundo de ações classificação Anbima Índice Ativo, Ibov, dividendos, BDR, livre, valor ou small caps, credenciados Iprev o que representa aproximadamente 5,73% da carteira. **Fundo Capitalizado**: em razão de ser um fundo “jovem”, com perfil intermediário/agressivo de risco, sugeriu-se a realocação de IRF/DI para IMA-B5/IDKA 2a de até R\$ 15 milhões (25,84%), além de realocação de IRF-M1/DI/Renda Variável para R\$ 6 milhões fundo de ações classificação Anbima Índice Ativo, Ibov, dividendos, livre, valor ou Small caps, credenciados IPREV (10,33%). O Diretor de Investimentos pontua que se tem adotado estratégia visando o ganho de rentabilidade no próximo ano, comentando que apesar disso, o mandado pedido é defensivo, reiterando que se busca deixar o mandado para uma possível necessidade de defesa da carteira. **Deliberação dos membros do Comitê**: após discussão e votação por parte dos membros titulares, a proposta foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às 17 horas e 12 minutos. Eu, Giovanna Karinne Silva Ribeiro, lavrei a ata que após inserção de contribuições feitas pelo Senhor Ramon Estevão, o documento foi lido, aprovado e assinado pelos membros titulares do CIAR presentes na reunião, e posteriormente, encaminhado aos Conselhos de Administração e Fiscal e publicado no site do Iprev/DF.

Assinaturas:

Assinaturas:



Documento assinado eletronicamente por **JEFFERSON NEPOMUCENO DUTRA Matr.0276463-6, Diretor(a) de Investimentos**, em 25/11/2020, às 12:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **NEY FERRAZ JÚNIOR - Matr. 02749114, Diretor(a)-Presidente**, em 25/11/2020, às 15:24, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **DANIEL IZAIAS DE CARVALHO - Matr.0190029-3, Chefe da Assessoria de Gestão Estratégica-Substituto(a)**, em 26/11/2020, às 16:58, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO GONÇALVES RAMOS DE OLIVEIRA - Matr.1668542-3, Assessor(a) Especial**, em 27/11/2020, às 11:09, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

verificador= 51451146 código CRC= 3BB82638.